

Contratos de Dinamização Cultural

17. Contratos de Dinamização Cultural.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

- a) **Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa**, no valor de 15.000,00€ (Plano de atividades anual), apoio esse que será pago em três prestações;
- b) **Ida e Volta – Associação Cultural e Artística**, no valor de 4.500,00€ (Desenvolvimento Plano de atividades), apoio esse que será pago em três prestações;

Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 49018

Data: 20/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

PROPOSTA: APOIO FINANCEIRO – Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal o seguinte contrato de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros à seguinte entidade, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

1. Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, no valor de 15.000,00€, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Anexos:

- 1.Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;
- 2.Minuta contrato dinamização cultural
- 3.Documentos instrutórios

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 49602

Data: 20/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

PROPOSTA: APOIO FINANCEIRO – Ida e Volta - Associação Cultural e Artística

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal o seguinte contrato de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros à seguinte entidade, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

1. Ida e Volta – Associação Cultural e Artística, no valor de 4.500,00€, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Anexos:

- 1.Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;
- 2.Minuta contrato dinamização cultural

Nº Informação: 49536

Data: 20/05/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Ida e Volta – Associação Cultural e Artística

A **Ida e Volta – Associação Cultural e Artística**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 279/2017, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 279/2017, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/32257/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um fim de promoção, preservação e divulgação do património cultural, nomeadamente da tradição popular dos “Gigantones” e “Cabeçudos” e da música tradicional dos “Zés Pereiras”, composto pelas Gaitas de Foles, Caixas e Bombos, bem como da formação musical do seu “Grupo de Cordas”, composto por cinco instrumentos de cordas: Bandolim, Cavaquinho, Viola Braguesa, Bandola e Viola. O seu projeto cultural concretiza-se em apresentações públicas, que permitem uma oferta e fruição cultural nesta área específica permitindo manter viva esta tradição, e contribui para a dinâmica e desenvolvimento cultural concelhio. Ressalva-se ainda a importância do seu projeto cultural, no tocante à promoção destas manifestações populares, que transpõem um objetivo de valorização da tradição e da cultura local, enquanto veículos de fomento à participação e cidadania, estimulando assim a memória comum e o sentimento de pertença comunitário.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **4.500,00 euros** com a Ida e Volta – Associação Cultural e Artística, pessoa coletiva n.º 503 766 739, com sede no Bairro das Andorinhas, Loja 3, 4700-359 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 49015

Data: 20/05/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa

A **Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 83/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 83/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/32053/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um fim de promoção, preservação e divulgação da tradição musical filarmónica. O seu projeto cultural concretiza-se na programação de um ciclo de concertos e de apresentações públicas, que permitem uma oferta e fruição cultural nesta área específica, prosseguindo desta forma com o seu objetivo de desenvolvimento e formação de novos públicos e incremento do interesse nesta área musical específica. De salientar que a Banda Musical de Cabreiros é uma entidade cultural centenária e única no concelho, sendo parte integrante da tradição local, e que contribui de forma inegável para a dinamização do ecossistema cultural e artístico bracarense no tocante à prática filarmónica. De referir que as Bandas Filarmónicas, têm uma relevância cultural e social indiscutível, na medida em que contribuem para a promoção e preservação da cultura musical, permitindo de igual forma a aprendizagem musical e a transmissão dos saberes sociais e o respeito pelas tradições locais, funcionando assim como agentes vinculadores e promotores para a integração social. Neste sentido e no âmbito das suas funções sociais e de ação comunitária, com vista ao desenvolvimento da cidadania e identidade cultural, são difusoras da prática cultural em prol do serviço público, proporcionando no seu território a perpetuação da memória coletiva.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **15.000,00 euros** com a Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, pessoa coletiva n.º 502 714 581, com sede no Largo do Monte das Cruzes, n.º 13, 4705-377 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

Banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, pessoa coletiva n.º 502 714 581, com sede no Largo do Monte das Cruzes n.º 13, 4705-377 Braga, neste ato representado Carlos Alberto Pereira de Sousa, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a **Objeto do Contrato**

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento do plano de atividades do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 2.^{a1} **Apoio Financeiro**

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de 32.250,00€.
2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de 15.000,00 (quinze mil) euros, apoio esse que será pago em três prestações:
 - a) **Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
 - b) **Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
 - c) **Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**
3. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.

CLÁUSULA 3.^a **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, dos projetos e iniciativas associada ao seu projeto no domínio da promoção, preservação e divulgação da prática musical filarmónica. Realização dos projetos e iniciativas associadas ao plano anual de atividades das quais se incluem, a programação de um ciclo de concertos e apresentações públicas, formação e capacitação musical nomeadamente nos projetos da “Escola de Música” e da Orquestra Juvenil da Banda Musical de Cabreiros. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro

CLÁUSULA 4.^a
Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato;
- b) Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato;
- e) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- f) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, "Com o apoio do Município de Braga", e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- h) Garantir a realização do seu projeto no domínio da promoção, preservação e divulgação da prática musical filarmónica.
- i) Garantir a realização dos projetos e iniciativas associadas ao plano anual de atividades das quais se incluem, a programação de um ciclo de concertos e apresentações públicas, formação e capacitação musical, nomeadamente nos projetos da "Escola de Música" e da "Orquestra Juvenil da Banda Musical de Cabreiros".

CLÁUSULA 5.^{a2}
Auditoria

A atividade apoiada nos termos do presente contrato pode ser submetida a auditoria pelo Município de Braga, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

CLÁUSULA 6.^a
Revisão do Contrato

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização do Município de Braga.

CLÁUSULA 7.^a
Incumprimento, Rescisão e Sanções

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos³ e poderão implicar, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos⁴.

² Aplicável no caso do apoio económico ter valor igual ou superior a 1/3 do valor fixado anualmente para efeitos de visto prévio do Tribunal de Contas.

³ Aplicável no caso de apoio financeiro

⁴ Aplicável no caso de apoio não financeiro

CLÁUSULA 8.^a
Vigência do Contrato

O presente contrato inicia-se com a sua celebração e vigora até ao final do ano de 2024.

CLÁUSULA 9.^a
Cabimento e Compromisso

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq. de 2024 e informação de compromisso n.º seq. de 2024.

CLÁUSULA 10.^a
Gestão do Contrato

É designado como Gestor do Contrato, a Chefe de Divisão, a exercer funções na Divisão de Cultura, Márcia Ataíde.

CLÁUSULA 11.^a
Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato aplica-se subsidiariamente, as disposições do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Braga e legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Braga, _____ de _____ de 2024

CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

Ida e Volta – Associação Cultural e Artística, pessoa coletiva n.º 503 766 739, com sede no Bairro Social das Andorinhas Loja 3, 4700-359 Braga, neste ato representado José Manuel Freitas da Silva, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a **Objeto do Contrato**

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento do plano de atividades do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 2.^{a1} **Apoio Financeiro**

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de 18.500,00€.
2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos) euros, apoio esse que será pago em três prestações:
 - a) **Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
 - b) **Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
 - c) **Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**
3. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.

CLÁUSULA 3.^a **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, dos projetos e iniciativas associadas ao seu projeto no domínio da promoção, preservação e divulgação do património cultural, nomeadamente no âmbito da tradição popular dos “Gigantones” e “Cabeçudos” e da música tradicional “Zés Pereiras” e do “Grupo de Cordas”. Realização dos projetos e iniciativas associadas ao plano anual de atividades. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro

CLÁUSULA 4.^a
Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato;
- b) **Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato;
- e) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- f) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, "Com o apoio do Município de Braga", e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- h) Garantir a realização do seu projeto no domínio da promoção, preservação e divulgação do património cultural, nomeadamente no âmbito da tradição popular dos "Gigantones" e "Cabeçudos", e da música tradicional dos "Zés Pereiras" e do "Grupo de Cordas";
- i) Garantir a realização dos projetos e iniciativas associadas ao plano anual de atividades.

CLÁUSULA 5.^{a2}
Auditoria

A atividade apoiada nos termos do presente contrato pode ser submetida a auditoria pelo Município de Braga, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

CLÁUSULA 6.^a
Revisão do Contrato

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização do Município de Braga.

CLÁUSULA 7.^a
Incumprimento, Rescisão e Sanções

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos³ e poderão implicar, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos⁴.

CLÁUSULA 8.^a
Vigência do Contrato

² Aplicável no caso do apoio económico ter valor igual ou superior a 1/3 do valor fixado anualmente para efeitos de visto prévio do Tribunal de Contas.

³ Aplicável no caso de apoio financeiro

⁴ Aplicável no caso de apoio não financeiro

O presente contrato inicia-se com a sua celebração e vigora até ao final do ano de 2024.

CLÁUSULA 9.^a
Cabimento e Compromisso

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq. de 2024 e informação de compromisso n.º seq. de 2024.

CLÁUSULA 10.^a
Gestão do Contrato

É designado como Gestor do Contrato, a Chefe de Divisão, a exercer funções na Divisão de Cultura, Márcia Ataíde.

CLÁUSULA 11.^a
Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato aplica-se subsidiariamente, as disposições do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Braga e legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Braga, _____ de _____ de 2024